

## Água e tradições na Lagoa do Piató: a importância da ação comunicativa sobre injustiça ambiental no semiárido brasileiro

**Water and traditions in Piató Lagoon:** The importance of communicative action about environmental injustice in the Brazilian semi-arid region

Winifred KNOX<sup>1\*</sup>, José Gomes FERREIRA<sup>1</sup>, Pedro H. FARIAS<sup>1</sup>,  
Louyse Rodrigues da SILVA<sup>1</sup>

Artigo recebido em  
**28 de fevereiro de 2025**

Versão final aceita em  
**22 de outubro de 2025**

Publicado em  
**7 de maio de 2026**

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

\* E-mail de contato:  
[winifred.knox@ufrn.br](mailto:winifred.knox@ufrn.br)

**Resumo:** Este artigo reflete sobre a comunicação educativa de atores competentes do meio popular de movimentos sociais, lideranças ou mesmo sujeitos que projetam por meio de si a memória de uma relação de convivência próxima com a natureza apreendida com seus ancestrais. Pergunta-se sobre as intervenções humanas, pelo desenvolvimento ao longo do último século e pelas transformações trazidas nas questões hídricas e ambientais no semiárido do Rio Grande do Norte. Espera-se mostrar como a ação criativa individual ou coletiva ajudou na preservação da memória e em um conhecimento do processo de adaptação ao território do semiárido. A pesquisa coletou material em arquivos pessoais e de grupos, artigos científicos, trabalho de campo observacional, com realização de entrevistas semiestruturadas com moradores do entorno da Lagoa do Piató e lideranças de movimentos socioambientalistas. Assim, é de grande importância a atuação crítica de mestres que estimulam a resistência e a perpetuação de saberes naturalísticos que refletem adaptação, convivência próxima e preservação ambiental, além da importância do conhecimento transmitido pela oralidade, que tem a memória da relação do homem com a água e o papel ancestral de construção histórica de territórios de resistência.

**Palavras-chave:** ação comunicativa; injustiça ambiental; tradições; Lagoa do Piató; segurança hídrica e alimentar.

**Abstract:** This article reflects on the educational communication carried out by competent actors from grassroots social movements, community leaders, or individuals who embody the memory of a close relationship with nature inherited from their ancestors. It raises questions about human interventions driven by development over the past century and the resulting transformations in water and environmental issues in the semi-arid region of Rio Grande do Norte. The aim is to demonstrate how individual or collective creative action has contributed to preserving memory and understanding the process of adaptation to the semi-arid territory. The research drew on material from personal and group archives, scientific articles, observational fieldwork, and semi-structured interviews with residents living around Piató Lagoon and leaders of socio-environmental movements. Thus, the critical role of traditional knowledge holders who foster resistance and perpetuate naturalistic knowledge reflecting adaptation, close coexistence with nature, and environmental preservation is of great importance, as is the significance of orally transmitted knowledge that carries the memory of humanity's relationship with water and the ancestral role in the historical construction of territories of resistance.

**Keywords:** communicative action; environmental injustice; traditions; Piató Lagoon; water and food security.

## 1. Introdução

Era tanta água e menino buchudo  
Comendo pirão com farinha  
Na rede da pesca do pescador  
Me traz a lembrança do sonho esperança  
Lagoa da velha infância  
Que o tempo da água secou.  
Mandacarú avisou que as águas lá do outro rio  
Correm enchendo o mar [...]

Poeta Patrício Junior.

Este artigo propõe refletir sobre a importância da comunicação educativa realizada por atores da microrregião do vale do Açu, buscando perceber como essa ação criativa tem contribuído para a preservação e adaptação ao território. A pesquisa no semiárido do Rio Grande do Norte toma o espaço rural e a segurança hídrica nas últimas décadas como enfoque central.

O espaço rural no Brasil é marcado, desde sua colonização, pela usurpação de terras dos nativos indígenas, cablocos, caipiras, enfim, o campesinato, pela violência da expulsão e pela concentração de terras em torno de grandes latifúndios, sob o modelo da plantação (*plantation*) de monocultura (Maestri, 2005; Wanderley, 2015). Vem sobrevivendo a ferro e fogo com uma série de conflitos que sobrepõem interesses econômicos, de um modelo econômico concentrador e de relações assimétricas advindas da exploração colonial, de relações de dominação e da dependência entre os países do Sul Global (Hocsman, 2014), estando estes presentes desde a implantação dos primeiros engenhos (Maestri, 2005).

Neste artigo, enfatizamos as ações da sociedade civil organizada, em particular de lideranças e de coletivos. Assim, ressaltam-se ações educativas que expressam saberes advindos de laços intercomunitários que divulgam conhecimentos fruto de relação ancestral com a natureza e que reforçam o respeito entre o humano nativo e o meio ambiente cuja perpetuação de saberes naturalísticos não domesticados pela ciência (Lévis-Strauss, 1997) exerce uma função central. Em leitura mais abrangente, destacamos perspectivas como o *buenvivir* e o pós-desenvolvimento, entre eles a recente obra organizada por Kothari et al. (2019). Esses autores lembram que o acesso e a disponibilidade de conhecimento comunitário funcionam através da comunicação oral, e que a preservação da memória coletiva e do saber popular acontece pela contação de histórias e narrativas. No exemplo da agricultura familiar, destacam que os conhecimentos local, tradicional e agroecológico constituem uma memória ou saber biocultural (Hernandez, 2022) transmitido oralmente entre as gerações. É um saber não científico, mas que, impulsionado por cientistas sociais críticos do Sul Global, passou a ser respeitado e deu origem a um movimento

com um enfoque inovador que promove uma mudança emancipatória para o desenvolvimento local baseado em saberes ancestrais.

O artigo procura dialogar com as reflexões sobre a comunicação dialógica em Freire (1983; 1985; 2000), tecendo reflexão crítica ao desenvolvimento externalizado e predatório, procurando articular a noção de agência em Giddens (2003) na valorização de agentes competentes que expressam saberes para a resistência e resiliência humana e não humana. A permanência no território, aqui compreendido como espaço social e político, transforma-se em territórios de resistência que os povos originários “guardam a memória profunda da terra” (Krenak, 2019, p. 14).

Ao longo do século XX, essa lógica colonial, pós-colonial capitalista e exploratória consolidou-se ao construir nexos e alianças entre o capital e o Estado (Harvey, 2011), a exemplo das intervenções públicas para melhoria de territórios privados que beneficiam as elites locais, como a assim identificada indústria da seca. Essas intervenções são formuladas por políticas e ações públicas que muitas vezes têm a narrativa do desenvolvimento e da correção das desigualdades sociais e regionais, mas atuam na contramão desses objetivos. O resultado tem evidenciado a expulsão das populações, de forma violenta ou não, colocando em risco a vida das comunidades (Comissão Pastoral da Terra [CPT], 2024).

Neste primeiro quartil do século XXI, assiste-se ao domínio de territórios por grandes conglomerados transnacionais, com a implantação de parques de energia eólica e solar. Supostamente limpa e sustentável, essa transição energética invade os territórios com a externalidade à localidade, impõe uma ocupação sem muitas relações sociais e cotidianas, utilizando o território e o *recurso* dos ventos como commodities para serem exportados, desencadeando processos de desterritorialização. Os avanços na ocupação do território têm ameaçado a biodiversidade, o ambiente, o clima, os povos tradicionais e seus saberes e a própria vida dos brasileiros. Isso continua a se repetir com a presença de “grandes extensões de terra monopolizada, tecnologia de ponta, monocultura, devastação da natureza e exploração do trabalho escravo (...) a serviço da acumulação” (Porto-Gonçalves & Leão, 2020, p. 9).

Diversos autores têm mostrado (Santos et al., 2023) como tem sido o resultado das ações predatórias na região e como impacta o panorama climático, aumentando a temperatura mundial (Intergovernmental Panel on Climate Change [IPCC], 2014; 2023) e comprovando a relação com o modus operandi do sistema capitalista, o que tem provocado emergências climáticas e gerado catástrofes ambientais (Stengers, 2015) mais frequentes e difusas em todo o mundo. Outras abordagens enfatizam a sociedade do risco (Acsegrad, 2002; Beck, 2011), outras analisam a importância da divulgação dessa situação através dos meios científicos e jornalísticos (Loose, 2022), sinalizando a necessidade de reflexão e de ação comunicativa humanas. Lima et al. (2014), ao interpretar a obra de Robert Cox (2010), ressaltam o papel primordial do conhecimento na comunicação ambiental, das percepções e ações “influen-

ciadas pela intensa produção midiática e diversas práticas comunicativas de organizações não governamentais, instituições governamentais e empresas privadas” (Lima et al., 2014, p. 208), que é também um reforço à reflexividade (Giddens, 2003).

Dito isto, temos como objetivo evidenciar a atuação comunicativa da sociedade que habita esses espaços. Nosso enfoque será na ação educativa realizada por sujeitos individuais ou coletivos, como grupos da sociedade civil organizada com foco no Vale do Açu. Assim, apresentaremos as ações e narrativas dos seguintes sujeitos: Chico Lucas, mestre de conhecimento dos ancestrais, do coletivo ativista Grupo Lagoa Viva, da Associação da Comunidade Quilombola da Bela Vista do Piató e da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA. Estes, nas construções memorialista, identitária, cultural e poética do semiárido exerceram, e ainda exercem, a ação comunicante ativa, crítica e denunciante em prol da vida no semiárido.

A metodologia do artigo se utilizou de entrevistas semiestruturadas realizadas com habitantes do vale do Açu no entorno da lagoa do Piató e na cidade de Açu, no Rio Grande do Norte. O objetivo das entrevistas era captar como percebem os problemas para a permanência no território e como agem para a resistência (Silva Prada, 2014). Foi adotada uma abordagem qualitativa e interpretativa (Gil, 2002; Minayo, 2014). O trabalho de campo foi realizado em suas casas, tanto no entorno da Lagoa do Piató com moradores guardiões da memória local (Moura, 1979), com a liderança militante pela preservação e resistência da “mãe da pobreza” desde a década de 1980 do Grupo Lagoa Viva, na cidade de Açu, com entrevistas com as lideranças da Associação Comunitária Quilombola de Bela Vista do Piató, na sede da associação. Todos aceitaram dar entrevistas sob o protocolo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da pesquisa. No caso da ASA, foi realizada coleta documental em artigos, textos jornalísticos e artísticos sobre a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e sobre a região para evidenciar a importância social da ação comunicativa da sociedade civil organizada capaz de mobilizar estratégias de resistência e defesa de seus territórios.

Além desta introdução e da conclusão, este artigo está dividido em uma primeira parte teórica-metodológica com análises da constituição do conceito de desenvolvimento, aplicação e críticas, e da ação educativa e comunicativa em Freire. Na sequência, descreve-se brevemente o contexto geográfico estudado, assim como as experiências de boas práticas em comunicação educativa no semiárido através das narrativas dos atores e agências, contextualizando o embate das políticas públicas para o desenvolvimento.

## **2. Na trilha do semiárido açuense: itinerários teórico metodológicos da pesquisa**

O artigo possui natureza reflexiva para os propósitos de uma crítica ao (des)envolvimento capitalista predatório e seus efeitos de risco e injustiça ambien-

tal para com as comunidades tradicionais e o meio ambiente, articulando abordagens teóricas para relacionar comunicação, gestão e governança em contextos de experiências e boas práticas como a ação comunicativa.

## 2.1. A crítica ao (des)envolvimento

As ideias de desenvolvimento e progresso aparecem na sociologia desde os seus fundamentos básicos quando se consolidava como um campo profissional e teve relações de influência com o contexto histórico econômico da Europa do século XVIII, assim como aplicações homólogas a outras esferas do pensamento social trazidas do evolucionismo e do positivismo. Essas ideias estão cravadas no pensamento social europeu de Augusto Comte no “Curso de Filosofia Positiva” (1830, 1978), em que expõe a *Lei dos três estados* do espírito humano, que iria de estágios mais primitivos, avançando para o estágio do espírito positivo, da ciência positiva, a sociologia positiva, e da metafísica do social, presente muitas vezes nas análises mecanicistas do materialismo histórico dialético em algumas obras de Karl Marx e Engels. As gerações seguintes tentaram resolver as dicotomias apresentadas nessas visões da sociedade, relativamente tanto ao positivismo quanto ao materialismo histórico dialético. “Comte, Spencer e de certo modo Marx, deram suas contribuições nesse campo, ao explorarem uma visão da “história (...) como uma ascensão lenta, gradual, mas contínua e necessária em direção a um fim determinado” (Nisbet, 1985, p. 181, *apud* Knox & Trigueiro, 2011, p. 3)

Sztompka (2005), embora não utilize diretamente o termo desenvolvimento, analisa as mudanças sociais articuladas às noções de progresso e modernização. Segundo o autor, o progresso seria o equivalente ao:

“credo útil de nossa civilização” cujo sentido se torna impregnado nos projetos modernos. Sob esse credo teriam sido fincados os pilares da visão ocidental que interpreta a noção de tempo de um modo linear, evolutivo e cumulativo (Knox & Trigueiro, 2011, p. 4).

Habermas (1984) identifica como projeto da modernidade a construção de uma ciência objetiva com o domínio da natureza e a promessa da liberdade humana. Nesse contexto, o desenvolvimento é associado aos aspectos econômicos, ao crescimento do PIB e ao enriquecimento individual, o que influenciará as agências internacionais na ênfase desse viés economicista como receituário aos países não “desenvolvidos”.

Sen (2010) sinaliza para a importância de se perceber o desenvolvimento além dos aspectos econômicos. O indicador de desenvolvimento humano – IDH – tem como objetivo exibir dados construídos para uma noção mais ampliada de desenvolvimento quando estabelece três variáveis para a constituição do indicador, tais como: saúde (expectativa de vida), educação e renda. Para a perspectiva institucional do Estado, o desenvolvimento parece ser colocado no centro de todas as análises como a mola mestra que se aplica a

todas as narrativas, inclusive dos organismos mundiais presentes em projetos de financeirização pública e privada aos países do Sul global.

Para Ribeiro (2008), a partir de demandas externas ao local, são pensados e postos em prática os Projetos de Infraestrutura de Grande Escala (PGEs), principalmente pelos governos desenvolvimentistas. Seriam esses projetos representativos da expansão dos sistemas econômicos sob o bojo do processo de globalização, na atualidade, conforme nos explica o autor:

Os PGEs têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como “expressões extremas” do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. Eles juntam quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. (Ribeiro, 2008, p. 111-112).

Eduardo Viveiros de Castro em *Os Involuntários da Pátria: elogio ao subdesenvolvimento* (2017) tece profundas críticas a esse desenvolvimento predatório. Também sinaliza em *Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico: da necessidade extensiva à suficiência intensiva* (2011) a emergência das redes de desarticulação do envolvimento participativo dos cidadãos. A narrativa do progresso tem a aparência da inevitabilidade tautológica do desenvolvimento ou a permanência na pobreza, invertendo a compreensão do processo em que a pobreza é gerada pela desarticulação e não envolvimento.

A forma de se pensar o desenvolvimento de fora da localidade ou região, de cima para baixo, das redes de poder globais para aqueles que sofrerão com os malefícios no local do desenvolvimento, faz incidir a injustiça socioambiental (Acsegrad, 2002), na medida em que os benefícios são apropriados primeira e majoritariamente pelos agentes do capitalismo e os prejuízos distribuídos pelas comunidades locais. É nesse sentido que consideramos a crítica realizada pelos atores populares e pelos movimentos sociais ao modelo de desenvolvimento. No lado oposto, entendemos a ação que organizam como ação comunicativa e educativa na sociedade, o que abordaremos a seguir.

## 2.2. Ações comunicativas e educativas

Propõe-se o entendimento de ações comunicativas como aquelas em que se estabelece comunicação educativa em uma abordagem dialógica, horizontalizada, de cunho fenomenológico e etnográfico (Freire, 1983, 1985, 2000), compreendendo a urgente necessidade epistemológica de estabelecer novos paradigmas à ciência a partir do diálogo de saberes e das diferentes cosmovisões. Isso significa pensar uma nova forma ética de relacionar direitos entre saberes e práticas que não estejam sob os pilares do cartesianismo da ciência moderna (Morin, 2008). Tanto no trabalho de pesquisa quanto no de extensão

nas universidades brasileiras (Martins & Knox, 2023), a ética é constituída para a construção de um bem viver (Acosta, 2016).

Pensar ação comunicativa em Paulo Freire significa mergulhar em quase toda a sua extensa obra que reflete sua vida dedicada ao aprendizado e à educação humanista, libertadora e transformadora. O pensador-educador pernambucano, nascido no Recife em 1921, trouxe em vários livros escritos no Brasil, na América Latina e em outros países onde se refugiou de regimes políticos que o perseguiram, ideias revolucionárias, as quais falavam da possibilidade de transformação do homem através de uma educação para a emancipação. Teve foco especialmente naqueles excluídos do acesso à educação formal, propondo, a partir de uma sistemática de produção de saber reflexivo inovador e crítico, um processo dialético entre o pensamento não domesticado pela ciência – o pensamento concreto – e o pensamento abstrato crítico histórico materialista, utilizando como instrumento mobilizador o campo linguístico da realidade vivida pelos aprendizes/ensinandos.

São vários os livros que nos ajudam a refletir sobre a ação comunicativa em Freire, começando pelo *Extensão ou comunicação*, publicado em março de (1983), e o *Por uma pedagogia da pergunta* (1985), e ainda o *Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos* (2000), entre outros livros que reúnem textos escritos entre 1968 e 1974. Esses livros mostram como o autor percebe a educação muito além de dar conhecimentos a quem “não os tem”, visto que, segundo o pensador, essa relação é complexa e com múltiplos sentidos e todos podem ser sujeitos de pensamento e ação, todos produzem saberes.

Por isso, nosso ponto de partida para fundamentar o argumento central deste artigo é o de que os mestres de saberes não formalizados institucionalmente exercem a ação comunicativa na sociedade entre seus pares e para seus ouvintes, participantes ou opositores às suas ideias. Também partimos das ideias freirianas de que esses saberes são mais compreendidos, produzindo práticas transformadoras quando relacionados e reconhecidos ao e no contexto social. Neste sentido, corrobora com a nossa ideia de utilização de movimentos sociais como atores de ação comunicativa.

Freire faz uma reflexão crítica do termo “extensão” e discute a assistência técnica extensionista no campo, a exemplo da realizada pelo agrônomo ou técnico, e o homem concreto, na realidade que o condiciona. Ao criticar a externalidade da ação extensionista, pela sua tecnicidade, mecanicismo e coisificação dos sujeitos, indica que a extensão pode ser compreendida como invasão cultural, sugerindo como superação crítica o termo comunicação educativa.

A educação pensada como uma situação gnosiológica, que é um processo de apreensão e produção de conhecimentos, saberes e ações conscientes, constitui-se em uma visão mais ampliada, sendo compreendida na perspectiva da humanização na condução de ações conscientes para transformação do mundo.

Deste modo, o conhecimento apreendido é aquele que pode ser reinventado e aplicado em situações existenciais concretas. Muito além do conhecimento fruto da racionalidade, no sentido cartesiano do termo, essa apreensão

inclui a complexidade das práticas sociais, as dinâmicas culturais e suas manifestações, como as crenças e os ritos espirituais. Para o processo de educação freiriano, é preciso conhecer pela escuta dos aprendizes/ensinandos a visão de mundo que eles têm. Somente desse modo a educação pode se tornar um conhecimento de libertação e não de dominação.

É nesse sentido que o *Por uma pedagogia da pergunta* constitui a problematização, restituindo aos sujeitos seu lugar central no processo reflexivo, destronando o educador de seu *status quo* e de um estatuto cognoscente hierarquicamente colocado como superior, trazendo a formação para um processo libertador ao invés de dominador.

No *Pedagogia da Indignação* vemos a força dos conceitos para a *descoisificação* do homem, pelo educador, que é também educando, enfrentando a dominação e a domesticação do conhecimento tornado “bancário”, aquele conhecimento que é acumulativo, mas não reflexivo. Na indignação surge o processo de transformação do homem, transformado novamente em sujeito na busca de uma ação comunicativa libertadora, em que o aprendiz é transformador pela práxis.

A metodologia aplicada no processo de aprendizagem freiriano parte da constituição do campo linguístico do aprendiz, de sua realidade e contexto, para a estruturação de conhecimento na ação de comunicação para o diálogo educativo. Neste sentido, os mestres de conhecimentos ancestrais estabelecem um conjunto de conhecimentos apreendidos no processo de admiração da natureza, aprendendo com ela a importância das ações conscientes da presença humana no meio ambiente (Freire, 1983).

### 3. O cenário: o vale do Açu e o semiárido

Desde muito cedo, aprende-se no Brasil, do norte ao sul, sobre a seca do semiárido nordestino e de como repercute na identidade regional através de dimensões culturais e canais de comunicação, sejam eles documentários, cordel, música regional, peças teatrais ou artigos científicos (Ferreira, 2024). Os relatos apontam para as principais dimensões sociais da seca, indicam uma indústria da seca que favorece a elite regional (Callado, 1960), além da ideia de que o nordestino é, acima de tudo, um resistente, constituindo o bioma caatinga o seu habitat natural, rico em biodiversidade e com capacidade de adaptação a secas severas (Cunha, [1902] 2016; Ferreira, 2024). Mais recentemente, houve ainda a preocupação com a segurança hídrica face ao enfrentamento das mudanças climáticas (Dias, 2025) e o impacto de empreendimentos de produção de energias renováveis.

O semiárido brasileiro, como outros semiáridos da América Latina e do mundo, se caracteriza pela baixa pluviosidade anual, em torno de 500 a 800 ml. O valor da precipitação é razoável se comparado a outros lugares, a diferença se dá no fato de que são chuvas torrenciais e concentradas em poucos meses, além de apresentar elevada evapotranspiração.

O que diferencia o semiárido brasileiro de outros é a densidade demográfica, sendo considerado o semiárido mais populoso do planeta (Marengo et al., 2017). Em momentos de seca pode ficar alguns anos sem chuvas, provocando medo em relação à segurança hídrica da população humana e não humana.

A região do vale do Açu/Assu é cortada pelo rio que nasce na serra do Piancó na Paraíba, conhecido por Piranhas, cortando toda a região central do Rio Grande do Norte, com o nome de Açu, até chegar ao litoral do RN. A bacia do rio Piranhas-Açu tem mostrado potencial para a fixação do homem há muito tempo, tendo sido território de ocupação de grupos indígenas, quilombolas e desbravadores brancos europeus desde o século XVI (Silva, 2015). Nessa região, é formado o estuário da Lagoa do Piató, considerado o maior reservatório fluvial da região central do RN (Dias & Costa, 2017), com importância pela sua função social e econômica em relação à segurança alimentar na produção de peixes e cultivos nas margens.

O município de Açu foi fundado no século XVIII com a denominação de Vila Nova da Princesa<sup>1</sup> por ser uma importante área fértil banhada pelas águas do rio Açu que se transformou em pólo econômico:

As cheias periódicas e a área de várzea garantiram (e ainda garantem) para o homem boa qualidade da terra para o cultivo de subsistência. Somado a isso, as carnaubeiras (palmeiras típicas da região e de relevante importância socioeconômica) compõem uma paisagem que não aparece apenas nas palavras de poetas, mas também nos relatos dos homens que avançaram rumo ao sertão desconhecido durante o período de conquista colonial (Silva, 2015, p. 3).

O vale do Açu ainda hoje se apresenta como uma das localidades do RN com maior potencial para atividades produtivas, já que é detentor da maior oferta de recursos hídricos do estado, além de solos de alta fertilidade, com grande potencial para a agricultura, sendo utilizado, nos últimos decênios, para a fruticultura irrigada (Aquino & Silva Filho, 2015). Por isso, tem sido alvo da intervenção humana e de políticas públicas na forma de grandes projetos de desenvolvimento nas últimas décadas, como é o caso da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, inaugurada em 1983, tendo como propósito contribuir para regularizar a vazão na promoção da agricultura irrigada.

Apesar dos benefícios que a barragem Armando Ribeiro Gonçalves trouxe para a segurança hídrica de vários municípios no entorno do vale do Açu, tem sido observada a escassez hídrica na Lagoa do Piató. Isso ocorre devido à falta de gestão pública na manutenção dos canais para o fornecimento de água para a lagoa, que, mesmo com as chuvas do inverno de 2024, tem sido insuficiente (Silva, 2024). Porém, a realidade do Distrito Irrigado do Baixo Açu, segundo

1 O município foi criado por Ordem Régia em 22 de julho de 1766. Inicialmente foi denominado de Vila Nova da Princesa, em homenagem à princesa Dona Carlota Joaquina de Bourbon, que se casou com D. João VI em abril de 1785. Ao longo do tempo foi sendo desmembrado em vários outros municípios. Ver em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/acu/historico>

a sua Associação do Baixo Açu- Adiba é diferente, pois não falta manutenção dos canais, nem água para irrigação.

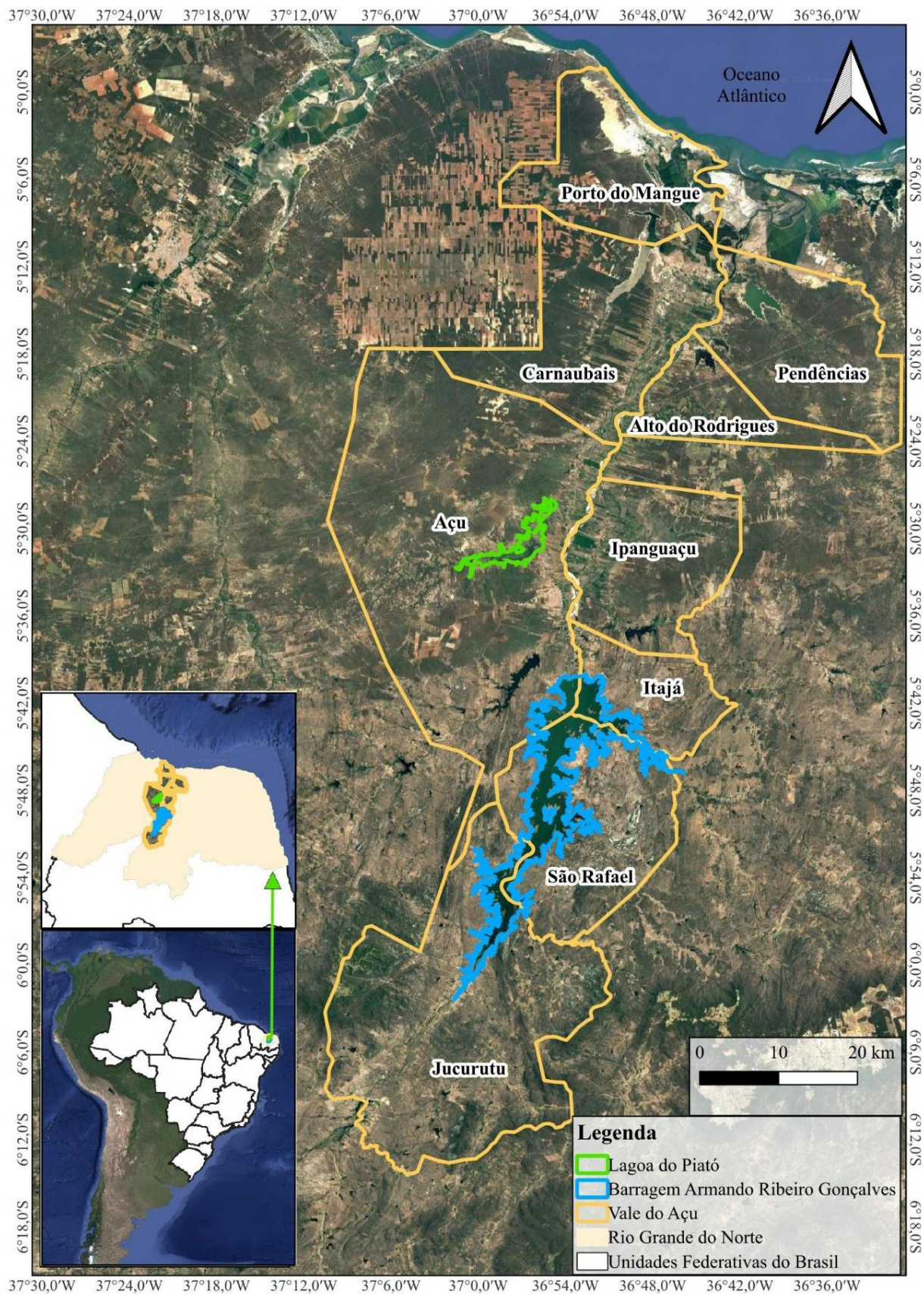
Com a modernização e a implantação tecnológica de agricultura irrigada há 25 anos, o Distrito Irrigado do Baixo Açu (DIBA) tem vivenciado um processo contínuo de desenvolvimento da fruticultura para exportação, consolidando trabalho e renda para cerca de 200 produtores na terra fértil do município de Alto Rodrigues. Isso tem beneficiado aproximadamente 2.000 famílias envolvidas na produção de mais de 5,7 toneladas de frutas, como mamão, manga, banana, além de outros produtos agrícolas (Associação de Irrigação do Baixo Açu [Adiba], [n.d.]) para exportação. Tudo isso graças à manutenção sistemática dos canais de irrigação, os quais são fundamentais para garantir a permanência dessa produção. Abaixo está a Figura 1, que contém um mapa com a localização da bacia Piancó – Açu com sinalização da lagoa do Piató, em Açu, e a inserção dela no mapa do RN e o RN no Brasil.

A Lagoa do Piató, também chamada pelo mestre Chico Lucas de “mãe da pobreza do Vale do Açu”, trata-se de um importante reservatório de água doce do Rio Grande do Norte com extensão territorial de 18 km e cerca de 10 metros de profundidade. Tem capacidade de armazenar cerca de 96 milhões de m<sup>3</sup> e uma grande diversidade de espécies de peixes (Dias & Costa, 2017). Ao redor da lagoa, encontra-se um conjunto de cinco comunidades rurais que dependem dessas águas para suas atividades de subsistência, são elas: Porto Piató, Bela Vista Piató, Olho d'Água do Piató, Banguê e a Areia Branca Piató, formando o anel da Lagoa do Piató.

A escassez de água na Lagoa do Piató tem impedido a atividade pesqueira no reservatório, provocando uma descontinuidade do exercício da pesca artesanal, assim como do plantio de alimentos nas terras das várzeas da lagoa, apontada como uma importante alternativa à fome, seja pelo exercício da pesca artesanal, seja pela agricultura que, desde os primórdios, têm sido realizadas como atividades complementares ou associadas simultaneamente pelas comunidades tradicionais.

Logo, a falta de água na lagoa aumenta a necessidade dos moradores de terem a irrigação vinda de poços artesanais para o exercício das atividades agropecuárias e para a dependência de benefícios da saúde e da educação públicas gratuitas oferecidos por políticas públicas, mas também aumentam a demanda por transferências governamentais de renda, garantindo aos moradores o mínimo para a aquisição de alimentos. Soma-se a isso uma série de violações de direitos aos quais as comunidades estão submetidas: dificuldade de acesso à terra, a alimentos, à renda, à infraestrutura de transporte coletivo, estando sujeitos à pressão das grandes empresas para mudanças nas dinâmicas de produção e consumo de alimentos e nas formas tradicionais da vida.

De acordo com Ramalho (2009), alterações ambientais tendem a ser mais visíveis, principalmente quando o homem interfere, uma vez que a intervenção humana, através de grandes projetos de desenvolvimento, apresenta significativa degradação, ainda mais potencializada quando é fruto de fragilida-



**Figura 1** Mapa da Região do vale do Açu com a localização da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e da lagoa do Piató.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2005.

Elaboração: Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida (2025).

des da região, como a baixa pluviosidade média anual com concentração nos meses do inverno. Além disso, a má gestão e a pouca fiscalização do sistema de drenagem pelo represamento de rios em diferentes pontos da bacia, resultam na modificação da fauna e flora, além dos problemas de erosão acelerada pelo uso dos recursos naturais, muitas vezes, sem capacitação técnica para a conservação, o que faz dessa região uma importante fonte de estudos sobre impactos ambientais.

A desigual distribuição da água provoca a expulsão dos habitantes e os conflitos socioambientais emergem, ampliados pela implantação de grandes empreendimentos de energia renovável, como a construção de parques de energia fotovoltaica por empresas como a Engie Energia Brasil que, desde 2017, ocupa a região para a construção de parques de energia solar, visando a geração, comercialização e transmissão de energia através do Complexo Fotovoltaico Assú Sol, localizado no município de Assú cuja capacidade instalada nominal total é de até 750 Megawatts (MW). A implantação dos empreendimentos fortalece a lógica capitalista de exploração predatória sobre os bens naturais, enquanto apresenta na sua agenda de ações a extração de recursos naturais localizados no território.

Nesse cenário, encontra-se a importância das ações comunicativas de lideranças e grupos ambientalistas que discorremos a seguir.

#### **4. Atores, agência e demandas**

As intervenções humanas na região têm sido marcadas por alteração de fluxo de rios, florestas artificialmente produzidas, espécies exóticas implantadas, entre outras. Além das atividades do estado para proporcionar a segurança hídrica, outros atores têm atuado nas demandas da segurança hídrica e alimentar da população na região. A seguir, organizamos as principais ideias sobre a ação e agência a partir do esforço de Giddens para constituir a teoria da estruturação, em que tenta a superação dicotômica entre a estruturação e a teoria da ação na sociedade.

Nos estudos de Giddens (2003), parte-se da noção de Max Weber sobre as ações humanas (1999). Weber não vê as ações a partir do indivíduo, como Durkheim, mas sim a partir de agências, o que permite analisar as relações de poder, tendo os agentes como centro, e “a partir do agente, que reconhece, pois, legitimidade é realizada através do agente. O poder está no agente” (Hubner, 2021, p. 3). A teoria da ação em Weber organiza 4 tipos ideais, instrumentos hermenêuticos criados para a interpretação da realidade a partir dos quais seria possível estabelecer uma análise sobre a motivação dos sujeitos da ação.

Giddens estabelece sua teoria da estruturação tentando superar a dicotomia das teorias positivista e a compreensiva, pois encontra força para explicar a ação dos agentes, não mais indivíduos fragilizados frente à estrutura social. Isto porque a teoria positivista dá muita ênfase ao poder da estrutura subordinando a ação dos sujeitos. A agência precisa ser concebida na capacidade

dos atores sociais. Daí surge a ação de agentes especiais, a noção de atores competentes, que, justamente através de suas ações, possibilitam a alteração da estrutura, porque a estrutura também é estruturada pelos atores que são estruturados pela estrutura, ou seja, é tanto estruturante como estruturada.

Neste sentido, os atores aqui elencados são exemplos de agentes competentes que, através de ações comunicativas educativas, envolvem e alertam a sociedade sobre as práticas sociais, estabelecendo uma diferença na estruturação da realidade.

#### 4.1. Ações comunicativas e suas narrativas

##### 4.1.1. Mestre Chico Lucas

O Mestre Chico Lucas nasceu em 1942 às margens da Lagoa do Piató na Comunidade de Areia Branca Piató, onde cresceu e constituiu família. Desde muito jovem trabalhou como agricultor em terras de fazendeiros na plantação de algodão, juntamente com o pai e o irmão, onde aprendeu a medição das terras, ou seja, as cubações, conforme relato: “meu pai era o cubador dessas tarefas, tá entendendo? A escolaridade dele, ensinou, ele tinha a memória boa pra conta, aí fazia as cubações, né? E eu via meu pai cubando e eu dizia: papai, eu quero cubar também. Aí ele me ensinou”.

De acordo com o relato do Mestre Chico Lucas, as tarefas são medições de hectares que auxiliava o homem do campo a medir as terras trabalhadas:

Tarefas é uma medição de hectares, um hectare dá três tarefas e um quarto né? Mas o homem do campo aqui trabalha com a medida de tarefa. O que é uma tarefa? É 25 braças quadradas né? Que era justamente a medição que o trabalhador braçal podia fazer, fazia uma vara com uma braça, aí media vinte e cinco braças quadrados, aí ninguém roubava ele na mão de obra né? Roubava no valor, mas na mão de obra não.

A minha força de vontade era aprender a conta, né? Depois que eu fui atrás da carta de ABC e aprendi a juntar as letras. Mas, o meu professor foi eu mesmo, matutando com a cabeça. [choro emocionado]

A partir de 1960, a lagoa do Piató voltou a armazenar água e, conforme Mestre Chico Lucas, os pescadores voltaram a trabalhar na pesca artesanal para alimentar suas famílias, melhorando o poder aquisitivo das pessoas. Esses relatos demonstram a importância da Lagoa do Piató para a sobrevivência local, de modo que o Mestre chama a Lagoa do Piató de Mãe da Pobreza. *Eu digo a Mãe da Pobreza porque esse pessoal pobre, carente, nos anos maus, difíceis, a lagoa com água e peixe vinha todo mundo pescar no piató para pegar o peixe de levar pra casa, pra família.*

Diante dos relatos, percebe-se o fortalecimento da relação entre os moradores e a natureza, de modo que os atores locais têm a percepção sobre a importância do reservatório de água para a alimentação, assim como para assegurar a sobrevivência de suas famílias. Na Tabela 1, foi feita uma sinopse

**Tabela 1** Sinopse das ações comunicativas e as narrativas de Mestre Chico Lucas, ator central no processo de conscientização sobre a importância da governança da lagoa. Defende que eventos de seca e a falta de água na Lagoa do Piató, mesmo após a construção da barragem, exigem reflexão e ação coletiva.

Interpretações das narrativas	Narrativas sobre o desenvolvimento, ações educativas e comunicativas a partir de trechos de entrevistas realizadas
<p>Mestre Chico Lucas enfatiza a necessidade de mobilizar a comunidade para atuar no canal da lagoa do Piató. Ele destaca que a seca ocorrida no local não deveria acontecer, considerando a quantidade de água disponível na barragem. Para ele, a lagoa secou porque houve falhas na gestão e na condução da água até o reservatório. Observa-se um apelo para que as pessoas compreendam e assumam a responsabilidade pela preservação do sistema.</p>	<p><i>Botar noção na cabeça deles pra fazer o trabalho no canal dessa lagoa do Piató, porque eu tenho dito, acho que vocês vão concordar comigo, é que tudo que aconteceu de seca e a lagoa sem tomar água, antes da barragem eu admito, mas a barragem com esse mar d' água que tem mais de um bilhão de metros cúbicos dentro dela, né? [como imaginar] A lagoa Piató secar junto com a barragem... a lagoa Piató secou... por que a barragem secou, tá entendendo? Com os metros que tem hoje, tem como botar essa água e jamais aquela água que tá passando ali [no Canal de entrada de água para Lagoa do Piató].</i></p>
<p>Além do discurso, Mestre Chico Lucas relata práticas concretas: ao identificar o problema no canal, indica que orientou seu primo e outros membros da comunidade a limparem a parede e a estiva, permitindo a volta do fluxo de água para a lagoa. Relata ainda que, após a intervenção, o fluxo da água voltou temporariamente, mas logo foi interrompido novamente, mostrando a necessidade de vigilância contínua.</p>	<p><i>Aí eu disse ao meu primo, ele foi com uma turma lá e limpou a parede lá, a estiva, aí a água começou a entrar de novo. Aí ontem eu fui ao Assu e tá parada a água.</i></p>
<p>Outro ponto recorrente é o manejo dos recursos naturais na região. O costume de retirar lenha é tolerado, mas a construção de uma estiva no canal, que acabou bloqueando a passagem da água, é apontada como uma ação prejudicial. Isso reforça a importância de orientar a população para práticas que conciliem o uso dos recursos com a manutenção da lagoa.</p>	<p><i>O pessoal tirando a lenha, tudo bem que tire a lenha né? Mas fizeram uma estiva no canal e aí barrou a água, né?</i></p>

de trechos de entrevista que revelam narrativas sobre ações coletivas para a preservação da lagoa do Piató.

#### 4.1.2. Grupo Lagoa Viva

A comunidade organizada tem permanecido na região de forma adaptativa e tem demandado atuação do Estado em seus projetos pelo direito ao acesso universal à água, visto que ainda não são todos os moradores do município de Açú que têm água no domicílio, segundo o Grupo Lagoa Viva, que, desde a década de 1980, atua na reivindicação por direitos de água para todos e para a preservação da Lagoa do Piató, a “Mãe da pobreza”, com o intuito de garantir mais qualidade de vida para os ribeirinhos e para todos os seres que nela vivem.

A atuação do grupo tem se dado através de mobilizações e atos públicos voltados à conscientização ambiental, com uma atuação em rede junto a outros grupos da sociedade civil organizada e instituições de ensino, com destaque para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O grupo vem tensionando parlamentares no nível municipal e estadual em um trabalho de sensibilização para com as questões de crise hídrica e de mudan-

ças climáticas. Também realiza ações de mutirões de limpeza no rio Piranhas-Açu, de reflorestamento, assim como de mobilização para discussão e reflexão de projetos desenvolvimentistas. As Figuras 2 e 3 registram ações educativas do grupo Lagoa Viva. A Tabela 2 traz uma sinopse de trechos da entrevista realizada com liderança do grupo Lagoa Viva.

#### 4.1.3. Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató

A mobilização social feita pela Associação Comunitária Quilombola de Bela Vista do Piató tem se dado há muitos anos, em busca pelo reconhecimento da comunidade Bela Vista do Piató como comunidade tradicional quilombola em 2011 a partir do Decreto Federal nº 6.040/2007. Essa instituição tem lutado pela permanência no território, apesar de um processo de expulsão que os acomete, sendo alguns dos motivos a falta de manutenção dos canais da lagoa do Piató e, mais recentemente, a entrada dos empreendimentos de placas solares no entorno do conjunto habitacional construído na década de 90 em Bela Vista do Piató. Apesar das assimetrias sociais e de poder entre os trabalhadores rurais e os grandes empreendimentos, a Associação está lutando para receber benefícios para a comunidade, como o já recebido financiamento de quintais produtivos e a construção de um equipamento social, a cozinha comunitária, utilizando-se do mecanismo financeiro de compensação ambiental que obriga empreendimentos de significativo impacto ambiental a devolverem à coletividade um benefício que seja correspondente ao impacto ambiental não mitigável, conforme Lei Federal nº 9.985/2000.

Essas iniciativas demonstram que a população local tem percepção dos

**Figura 2**

Via sacra ecológica em forma de procissão onde os fotografados carregam uma faixa com os seguintes dizeres: “Preservemos a lagoa do Piató, ela é de todos”, foto realizada na década de 1980.

Fonte: acervo Lagoa Viva.





riscos aos quais estão submetidos e articula ações educativas relacionadas à conscientização sobre a importância da preservação do território para sua identidade quilombola como fortalecimento das raízes identitárias. A Figura 4 exibe a comunidade Bela Vista do Piató e a Tabela 3 contém a sinopse de trechos de entrevistas das ações comunicativas e narrativas da *Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató*.

#### 4.1.4. Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA

A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) se constituiu na década de 1990. É formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas naturezas, desde sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip etc.

Um dos fatos mais marcantes foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época. Já em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, as organizações lançaram a Declaração no Semiárido Brasileiro (Articulação no Semiárido Brasileiro [ASA], 2015, p. 2).

Abaixo, a Tabela 4 contém uma sinopse de trechos da pesquisa no site da ASA:

Segundo o site da ASA, a instituição tem como missão fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos voltados para o desenvolvimento sustentável e para a convivência com o Semiárido, na luta pela defesa

**Figura 3**

Ação conjunta do Projeto Poesia no Rio Açu e Grupo Lagoa Viva, exibindo muitos sacos de lixo da limpeza do rio do canal que liga à lagoa do Piató para a conscientização ambiental, realizada em 2022.

Fonte: acervo Lagoa Viva.

**Tabela 2** Sinopse das ações comunicativas e as narrativas do Grupo Lagoa Viva.

Interpretações das narrativas	Trechos de narrativas sobre o desenvolvimento e Ações educativas e comunicativas
O Grupo Lagoa Viva traz à tona as memórias e os temores diante da construção da barragem e dos impactos ambientais resultantes. Embora tenha beneficiado 48 municípios, a obra trouxe prejuízos severos aos agricultores do Vale do Açu, como desapropriações forçadas e migrações, sendo vista como favorecedora de grandes interesses em detrimento das comunidades locais.	<i>Com a construção da barragem, o impacto ambiental foi muito grande aqui no Vale do Açu. Por um lado, ela beneficia hoje a 48 municípios, mas por outro lado, quando o governo federal mandou construir a barragem afetou todo os agricultores da Várzea do Açu. Porque nós da Igreja Católica (na época eu era da Igreja Católica com o Padre Canindé), nós éramos contra [a barragem] porque nós sabíamos que a desapropriação iria [acontecer], [mas poderia] ser uma desapropriação irrisória, porque o governo federal em Brasília mandou fechar as linhas de crédito do Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, né? Então, os agricultores foram obrigados a vender as terras pra migrar pra cidade, né? Ou pra outra cidade e venderam a um preço irrisório, né? O quê que aconteceu? Chegou aqui, porque a gente sabia que esse projeto grandioso era pra beneficiar as multinacionais. Ah injustiça tamanha.</i>
A atuação do grupo destaca ainda a resistência frente à tentativa de fechamento do posto da Floresta Nacional do Açu, durante a reforma institucional dos anos 1990. Por meio da mobilização da sociedade civil organizada e do envio de documentos às autoridades, conseguiram impedir o fechamento imediato da unidade, embora a transferência administrativa tenha imposto novos desafios à fiscalização e proteção do território.	<i>Houve uma problemática com um antigo chefe da Flona, que é a Floresta Nacional do Açu, foi uma luta nossa, da sociedade civil organizada. Porque na reforma institucional de Fernando Henrique Cardoso ele ia fechar esse Posto Florestal aqui, entendeu? Mas nós, da sociedade civil organizada junto com as câmaras Municipais das cidades do Vale do Açu, pegando aqui Assú, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Alto Rodrigues, Carnaubais, nós se juntamos, fizemos documentos, mandou[-se] toda essa documentação pra Brasília e nós vencemos essa batalha. [Mas] Tá aí, infelizmente, o que aconteceu agora, recentemente é que o Bolsonaro, só não fez fechar, mas transferiu a administração dessa floresta nacional, deixou pra Mossoró. Porque é uma coisa ilógica, entendeu? Porque como é que se aqui com dois, três funcionários, era difícil de você fiscalizar 400 e poucos hectares de terra. Como é que lá em Mossoró você vai vir fiscalizar? Porque a gente sabe que ainda hoje os caçadores entram dentro da floresta pra matar veado, pra matar outros animais.</i>
Articulações para Melhoria da Habitação e Preservação Ambiental	<i>No final da década de 90 para o ano 2000, foi quando começou um projeto no Piató, que era um projeto patrocinado pela Igreja Católica através do SEAPAC, que é Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários. Esse projeto é o benefício que houve no Porto Piató, as casas eram de taipas, algumas cobertas até com palhas ainda, né? Coisa bem rústica mesmo. E depois disso aí o prefeito fez um convênio com a Caixa Econômica e tirou toda aquela comunidade ribeirinha da beira da lagoa. Puxou, mas lá para cima, né? Hoje as casas lá são de alvenarias. Isso há 22 anos atrás, né?</i>
Síntese: As narrativas evidenciam que a governança da Lagoa do Piató depende tanto da valorização do saber comunitário quanto da articulação entre a sociedade civil e as instituições públicas. Os desafios enfrentados, como a gestão da água, o uso dos recursos naturais, a defesa do território e o cuidado ambiental, revelam a necessidade de vigilância constante, de práticas educativas e de ações coletivas para garantir a preservação do patrimônio e a justiça socioambiental na região.	<i>A gente fez um plantio de mais de 150 mudas pegando lá do canteiro. Vá lá em cima, porque tem um corredor ecológico cortando aqui a cidade na diagonal e sai lá na estrada de... indo para Carnaubais [...] A prefeitura chegou lá com aquelas máquinas elétricas, cortou todo, todo mato, todas as mudas que a gente plantou. Isso é uma falta de sensibilidade. É uma falta de vergonha, entendeu? Dessa administração que aí está ainda hoje, entendeu? E nós ficamos estarecidos, revoltados. Fomos pra rádio, para rádio FM 89, pra Rádio Princesa. Denunciamos isso... mas ficou por isso mesmo, entendeu? Perdemos mais de 100 mudas de várias espécies de mata nativa que a gente conseguiu com IFRN de Ipanguaçu, outros compraram as mudas, e eles simplesmente, para realizar o motocross, destruíram tudo. Isso é revoltante.</i>

do direito à água, ao alimento necessário à vida e ao insumo para a produção de outros alimentos, firmando sua incidência política na adaptação e con-



vivência com o semiárido como meio de (re)existência. Além do Programa Um Milhão de Cisternas, P1MC, a atuação da ASA no RN se dá em várias frentes de projetos como: Água de beber (cisternas perfazendo um total de 68.027); o estímulo à implantação de tecnologias sociais voltadas para água para produção, que compreende o atendimento a 11.619 famílias, bem como 23 viveiros de mudas e 70 bancos de sementes (ASA, 2019), que deu as bases participativas para o Programa das cisternas.

A população nativa e vulnerabilizada necessita de políticas públicas adequadas para sua melhor eficácia e eficiência. A promoção de grandes projetos de desenvolvimento voltados ou apropriados pela lógica capitalista do agrogócio acentuam as desigualdades sociais e provocam violências, deixando camponeses e populações tradicionais às margens, com seus direitos negados (Das & Poole, 2008). Neste sentido, pergunta-se sobre os projetos de barragens na região e sua capacidade de atendimento ao direito básico para garantir água para todos, fundamentado na ideia de segurança hídrica e no direito da segurança alimentar.

Em nome do combate à fome, da segurança hídrica, do progresso e do desenvolvimento, têm sido realizados grandes projetos de desenvolvimento, produzindo grandes alterações ambientais, que é o caso da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, inaugurada em 1983, que “não só trouxe a possibilidade de garantia hídrica para dezenas de municípios do

**Figura 4**

Associação em uma de suas reuniões com moradores, pesquisadores e funcionários do Instituto do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN – IDEMA, e do Instituto Chico Mendes de conservação da Biodiversidade – ICMBio, 2023.

Fonte: registro fotográfico dos autores a partir do banco de dados da pesquisa.

**Tabela 3** Sinopse das ações comunicativas e as narrativas da Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Bela Vista do Piató.

Interpretações das narrativas	Narrativas sobre o desenvolvimento, ações educativas e comunicativas a partir de trechos retirados de entrevistas realizadas
A comunidade relata dificuldades no acesso à água, devido à obstrução de canais por mato e areia, e critica a falta de vontade política para a resolução do problema. A desobstrução demanda licenças ambientais, o que é visto como um entrave. Além disso, apontam a atuação desigual do poder público, que dificulta ações essenciais para a manutenção do canal e do abastecimento.	<p><i>Agora tá tudo seco, tá tudo seco... fizeram um canal. Não vou dizer que foi bom [porque teve coisas boas] mas se os políticos quisessem ajudar.</i></p> <p><i>E hoje o canal está um pouco aterrado devido os ventos e essas invernações, né? E... mas a água não chega porque em algumas partes tem muito mato, tem muito mato, aquela água-pé, né? E com areia também, né? E que falta somente a vontade política [para resolver esses problemas]". ..."É preciso se usar máquina, ... aí eles querem que tire licença do IBAMA, do IDEMA. Isso aí ninguém fez, né? E a gente tá cobrando [a desobstrução do canal] dessa presidente da Colônia de Pesca, que ela é presidente da Colônia e é vereadora.</i></p>
As narrativas revelam que a governança da Lagoa do Piató depende tanto do saber comunitário quanto da articulação entre a sociedade civil e as instituições públicas. Os desafios incluem a gestão da água, o uso dos recursos naturais, a defesa do território e a preservação ambiental. A superação deles exige vigilância constante, práticas educativas e ações coletivas para garantir a preservação do patrimônio e a justiça socioambiental na região.	<p><i>Ele [Prefeito] bota maior dificuldade nisso. Meu amigo faz um ofício e isso aqui deu uma obra que nós estamos fazendo. Nós estamos limpando aqui uma obra que foi [mal] feita. Eu acho que o IDEMA e esses órgãos não ia proibir de fazer isso. Mas eles não têm a boa vontade de fazer e alega isso [que precisa de autorização do IBAMA e IDEMA]. Ele é o prefeito que tem autoridade para fazer isso. Para se resolver isso.</i></p>

estado, como também promoveu um modelo de fruticultura irrigada de base exportadora” (Ferreira et al., 2023, p. 3), de modo a intervir na necessidade da garantia hídrica em primeiro lugar, nas secas de 2012-2018 e evitou o movimento migratório dessa região.

Assim, não é possível negar a importância da barragem para os municípios, pois a garantia da segurança hídrica é uma importante ação pública para o alcance do direito à água para a população. No entanto, há uma forte crítica relativa ao uso desta água para a fruticultura intensa para exportação. Os índices de consumo de água indicam que, para a agricultura irrigada, é usado em torno de 80%<sup>2</sup> do total de água disponível, como já demonstrado anteriormente, acarretando falta de água em outros locais, ainda mais quando se soma à falta de manutenção dos canais de distribuição.

O processo de apoio à fruticultura irrigada vem sendo dado pelo Estado há mais de 2 décadas, o qual tem mantido a limpeza dos canais e o fornecimento de água para o Distrito Irrigado do Baixo Açu. Porém, no atendimento ao fornecimento de água para a Lagoa do Piató o Estado é ausente, uma vez que não atua na promoção de ações para a manutenção do sistema de canais que interligam a barragem do rio Piranha-Açu e a lagoa, uma lógica que privilegia

2 Segundo o Fundo de Nações Unidas para a Agricultura e Alimentos (FAO), a agricultura é o setor que mais consome água, chegando ao valor de quase 70% de toda a água usada. No Brasil, esse valor chega a 72%.

**Tabela 4** Sinopse das ações comunicativas e as narrativas da Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA. Na tabela explica-se que a ASA crítica a Indústria da Seca, além de construir propostas sustentáveis de adaptação e defesa da convivência com o Semiárido, que prioriza a segurança hídrica, propondo o projeto de cisternas o qual recebeu atenção de governos, que inicialmente quiseram fazê-las de plástico, o que a ASA se opôs, pois seriam mais eficazes as cisternas de placas de cimento, apesar de mais vagaroso na realização do projeto, visto que as cisternas de plástico além de não aguentarem com as temperaturas do semiárido, não convergem com as propostas de participação social, aprendizagem e envolvimento comunitário.

<b>Interpretações das narrativas</b>	<b>Trechos coletados do site da ASA sobre o desenvolvimento, ações educativas e comunicativas</b>
<p>Crítica às tentativas de “resolução” da seca, da pobreza, com o que foi considerado “a indústria da seca” e propostas de resolução que não consideravam as especificidades do semiárido. Propõe a convivência com o Semiárido e um desenvolvimento mais sustentável para a região. Propõe políticas públicas e ações no semiárido que valorizem a adaptação ao meio ambiente. Por exemplo, projetos de reuso de águas cinzas, plantio de árvores nativas, cultivo de abelhas nativas e animais que resistem ao calor, como gado ovino.</p>	<p><i>As experiências desenvolvidas e articuladas pela ASA e suas organizações provam que é possível reformular as bases estruturais do modelo de desenvolvimento rural gerador da insegurança alimentar no Semiárido. Elas revelam a possibilidade de estabelecer novas relações entre o Estado e a sociedade civil, nas quais o Estado assumo o papel de apoiar as iniciativas autônomas e criativas gestadas no seio da sociedade. Além do mais, só com a participação cidadã de uma Sociedade Civil ativa será possível efetivamente democratizar o Estado, de forma a superar a cultura política dominada pelas práticas de assistencialismo e clientelismo responsáveis pela manutenção da malfadada “indústria da seca”. A principal causa do sucesso das ações da ASA consiste na gestão descentralizada dos recursos disponíveis a partir das necessidades locais.</i></p> <p><i>Ampliando o leque de ações para a Convivência com o Semiárido, a ASA lançou em 2015 um programa que reforça a cultura do estoque no Semiárido, através do manejo da agrobiodiversidade, com foco no resgate e conservação de sementes crioulas. Além da infraestrutura para estocar água para beber e produzir, os povos e as comunidades do Semiárido são apoiados em suas práticas enquanto guardiãs e guardiões das sementes crioulas.</i></p> <p><i>Nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais há mais de 600 tecnologias sociais de reuso de águas cinzas – efluentes provenientes de ralos e pias – e de águas fecais construídas ou em fase de implantação. Além da instalação dos sistemas unifamiliares e comunitários, as entidades oferecem assessoria técnica e acompanhamento aos beneficiários.</i></p>
<p>Defende a convivência e adaptação ao Semiárido, priorizando a segurança hídrica ao propor o projeto de cisternas, o qual recebeu atenção do governo, que inicialmente quis fazê-las de plástico, o que a ASA se opôs, pois, apesar de mais vagaroso na realização do projeto, seriam mais eficazes as cisternas de placas de cimento, visto que as cisternas de plástico, além de não aguentarem as temperaturas do semiárido, não convergem com as propostas de participação social, aprendizagem e envolvimento comunitário.</p>	<p><i>Além do estoque de água, o estoque de sementes se faz necessário para que a população do Semiárido amplie ainda mais as condições práticas de conviver na região. A proposta de convivência com o Semiárido se pauta também em preceitos, valores e práticas da Agroecologia, da Economia Popular e Solidária, da Educação Contextualizada, da Comunicação Popular, da Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras temáticas.</i></p> <p><i>Um milhão de cisternas já foram construídas, cerca de um terço por iniciativa da ASA, que distribuiu unidades familiares de 16 mil litros feitas com placas de concreto e implantadas com participação dos beneficiados, que também recebem aulas de cidadania e de gestão de recursos hídricos</i></p>

*Para a meta de universalizar as “duas águas” faltam 350 mil cisternas para água de beber e 800 mil destinadas à produção. São necessárias “cinco águas”.*

Fonte: elaboração dos autores a partir das informações presentes no site da Articulação no Semiárido Brasileiro – <https://asabrazil.org.br/asa/>

o comércio injusto e contra a permanência sustentável na região (Silva Prada, 2014). A expulsão dos moradores do entorno da lagoa, dos nativos e dos filhos de ex-escravos das grandes fazendas da região durante o período da colônia e Império brasileiro fica cada vez mais inevitável. Agora, mais ainda, quando as

mais de 200 famílias da comunidade de Bela Vista Piató foram surpreendidas com o projeto de placas solares.

É nesse sentido que a ASA tem alertado sobre a necessidade de o semi-árido ser pensado segundo sua realidade de baixa pluviosidade, trazendo a questão da adaptação e convivência para esta realidade, repensando as ações de políticas públicas para a interação humana no ambiente de forma mais prolongada, avaliando os impactos dessas relações na perspectiva histórica da justiça ambiental e justiça hídrica (Acsegrad, 2002, Ferreira, 2024).

## 6. Considerações finais

Este artigo procurou reconhecer a ação comunicativa e educativa na interação humana com a natureza por alguns atores na região do Semiárido brasileiro, território caracterizado pela resiliência no enfrentamento da seca e pelas dificuldades em fazer chegar as políticas públicas, muitas vezes, alvo de transformações provocadas por intervenções humanas pela busca do desenvolvimento.

A natureza reflexiva do artigo utilizou, para os propósitos de uma crítica ao (des)envolvimento capitalista predatório e seus efeitos de risco e injustiça ambiental para com as comunidades tradicionais e o meio ambiente, a articulação de abordagens teóricas que possibilitaram relacionar comunicação, gestão e governança em contextos de experiências e de boas práticas como a ação comunicativa dialógica de Paulo Freire e a teoria da agência de Giddens.

Deste modo, a abordagem do desenvolvimento é feita como uma crítica à lógica capitalista que vem perpassando a sociedade, o Estado e as políticas públicas, privilegiando um modelo de produção no qual a economia das práticas é movida pela prática da economia do lucro (Bourdieu, 1979). A exploração humana, que enxerga o meio ambiente e a natureza de forma utilitária, consumista, recurso ou *commodities*, tem provocado a crítica os excessos de uma racionalidade (Leff, 2010) danosa para a própria sobrevivência do humano cujo fundamento ontológico é a separação do homem da natureza. Alguns autores criticam a utilização da ciência, da técnica e da tecnologia como instrumentos para o exaurimento da vida, citando apenas dois deles, nesta parte final, que incitam o pensamento complexo para a ciência e reivindicam um lugar para os saberes tradicionais e para a sabedoria que carregam, como Morin (Almeida, 2025) e Krenak (2022).

O artigo ilustra, através de diferentes narrativas e ações comunicativas, como a questão da divisão da água na região do Açu ainda reflete a desigual distribuição de água, a injustiça ambiental e a consolidação da sociedade do risco, com a desertificação de lagoas e o êxodo humano. Aproveita também para homenagear *post mortem* o sábio da natureza, o Mestre Chico Lucas, falecido em 2023, pouco depois da pandemia de Covid, assim como os militantes e poetas dos movimentos sociais em geral e as associações que compõem a ASA do Brasil. Ressalta ainda a ideia de que nenhuma ação educativa trans-

formadora acontece sem a participação da sociedade civil organizada frente às questões ambientais.

## Referências

- Acosta, A. (2016). O Buen Vivir: Uma oportunidade de imaginar outro mundo. In C. M. Sousa (Org.), *Um convite à utopia* (pp. 203–233). EDUEPB. <http://books.scielo.org/id/kcdz2/epub/sousa-9788578794880.epub>
- Acsehrad, H. (2002). Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 5(1), 49–60.
- Associação de Irrigação do Baixo Açu. (n.d.). <https://diba.org.br/>
- Almeida, M. C., & Pereira, W. (2006). *Lagoa do Piató: Fragmentos de uma história* (2a ed.). EDUFRN.
- Almeida, M. da C. de. (2025). Saberes da tradição: Para um pensamento nômade e o encontro com a sabedoria. *REMATEC*, 20(53), e2025006. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2025.n53.e2025006.id749>
- Almeida, R. E. de S. (2025). *Mapa da Região do vale do Açu com a localização da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e da lagoa do Piató*.
- Aquino, J. R. de, & Silva, F. R. I. (2015, março). Vale do Açu: Uma região estratégica para a economia potiguar. ADUERN. <https://aduern.org.br/artigo-vale-do-acu-uma-regiao-estrategica-para-a-economia-potiguar/>
- Articulação no Semiárido Brasileiro. (2015). *Programa 1 milhão de cisternas*. ASA. <https://asabrazil.org.br/publicacao/programa-um-milhao-de-cisternas>
- Articulação no Semiárido Brasileiro. (n.d.). Quem somos. <https://www.asabrazil.org.br/sobre-nos/historia>
- Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: Rumo a uma outra modernidade* (2ª ed.). Editora 34.
- Bourdieu, P. (1979). *O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais*. Perspectiva.
- Callado, A. (1960). *Industriais da seca e os “Galileus” de Pernambuco*. Civilização Brasileira.
- Castro, E. V. (2011). Desenvolvimento econômico e reenvolvimento cosmopolítico. *Sopro*, 51.
- Castro, E. V. (2017). *Os involuntários da pátria: Elogio ao subdesenvolvimento*. Fundação Municipal de Cultura.
- Comte, A. (1978). *Curso de filosofia positiva*. Abril Cultural.
- Comissão Pastoral da Terra. (2024). *Conflitos no campo Brasil 2023*. <https://www.cptnacional.org.br>
- Cox, R. (2010). *Environmental communication and the public sphere*. Sage.
- Cunha, E. da. (2016). *Os sertões* (ed. esp.). Nova Fronteira.
- Das, V., & Poole, D. (2008). El estado y sus márgenes. *Cuadernos de Antropología Social*, 27, 19–52.
- Dias, M. C. C., & Costa, J. M. (2017). Por que elas resistem? In *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária*.
- Dias, E. M. S. (2025). *Entre riscos e respostas às secas no semiárido* [Tese de doutorado, UFRN].

- Fundo de Nações Unidas para a Agricultura e Alimentos. (2020). *The state of food and agriculture 2020*. <https://doi.org/10.4060/cb1447en>
- Ferreira, J. G. (2024). Território das secas. *Revista Verde Grande*, 6(1), 440–465. <https://doi.org/10.46551/rvg26752395220241440465>
- Ferreira, J. G., Gomes, M. F. B., & Knox, W. (2023). Narrativas de desenvolvimento. *Campos Neutrais*, 5, 58–78.
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação*. UNESP.
- Freire, P. (1983). *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra.
- Freire, P., & Faundez, A. (1985). *Por uma pedagogia da pergunta*. Paz e Terra.
- Giddens, A. (2003). *A constituição da sociedade*. Martins Fontes.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. Atlas.
- Habermas, J. (1984). *Teoria da ação comunicativa* (Vol. 1). UNESP.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital*. Boitempo.
- Hernandez, A. R. C. (2022). Memória biocultural. *Tramas y Redes*, 3, 25–49.
- Hocsmann, L. D. (2014). Cuestión agraria. *Contemporânea*, 4(1), 43–63.
- Hubner, A. (2021). Agência na sociologia. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, 9(2), 92–111. <https://doi.org/10.47456/cadecs.v9i2.38407>
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2014). *Climate change 2014: Synthesis report*.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2023). *Climate change 2023: Synthesis report*. <https://doi.org/10.59327/IPCC/AR6-9789291691647>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2005). *Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas – SIRGAS 2000*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br>
- Junior, S. (2025). Grupo Lagoa Viva acompanha obra do Canal do Piató. *Rabiscos do Samuel Junior*. <https://www.blogrsj.com>
- Kothari, A., et al. (2019). *Pluriverso: Un diccionario del posdesarrollo*. Abya-Yala.
- Knox, W., & Trigueiro, A. (2011). Quando o desenvolvimento outsider atropela. In *Anais do IPEA*.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras.
- Krenak, A. (2022). *O futuro ancestral*. Companhia das Letras.
- Leff, E. (2010). *A epistemologia ambiental*. Cortez.
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. (2000, 18 de julho). Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)
- Lévi-Strauss, C. (1997). *O pensamento selvagem*. Papyrus.
- Lima, M. D. V., et al. (2014). Os dilemas da comunicação ambiental. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 11(32), 203–221.
- Loose, E. B. (2022). Alternativas para enfrentar la crisis climática. *Observatorio Medioambiental*, 25, 25–42.
- Maestri, M. (2005). A aldeia ausente. In J. P. Stedile (Org.), *A questão agrária no Brasil* (pp. 217–275).
- Marengo, J. A., Torres, R. R., & Alves, L. M. (2017). Drought in Northeast Brazil. *Theoretical and Applied Climatology*, 129, 1189–1200.

- Martins, J. A., & Knox, W. (2023). Comunicação educativa. *Periferia*, 15, 1–26.
- Minayo, M. C. de S. (Org.). (2014). *Pesquisa social* (33a ed.). Vozes.
- Morin, E. (2008). *Ciência com consciência* (10a ed.). Bertrand do Brasil.
- Moura, M. da C. de A. (1979). *Agricultura de subsistência no RN*.
- Porto-Gonçalves, C. W., & Leão, P. C. da R. (2020). Terra, violência e conflito. *Revista da ANPEGE*, 16(29), 712–767.
- Ramalho, A. M. C. (2009). Impactos ambientais. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 2(1).
- Ribeiro, G. L. (2008). Poder, redes e ideologias. *Novos Estudos*, 80.
- Santos, Y. C. dos, et al. (2023). Enfrentamento às mudanças climáticas. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, 22(1), 46–66.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Silva Prada, D. F. (2014). Território, memória y resistencia. *Análisis Político*, 27(81), 19–31.
- Silva, L. R. da. (2024). *Semiárido e segurança alimentar* (Dissertação de mestrado, UFRN).
- Silva, T. F. (2015). Rio Açú e espacialidades. *História em Reflexão*, 9(17).
- Stengers, I. (2015). *No tempo das catástrofes*. Cosac Naify.
- Sztompka, P. (2005). *A sociologia da mudança social*. Civilização Brasileira.
- Wanderley, M. de N. B. (2014). O campesinato brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(suppl1), S25–S44. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>
- Weber, M. (1999). *Economia e sociedade*. UNB.